PORTARIA N° 179/2012/GBSES

O SECRETARIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a Portaria nº 3148/GM de 17/12/2009 – MS, em que o Ministério da Saúde autoriza o repasse do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde para as Ações Contingenciais de Controle da Dengue.

CONSIDERANDO o Decreto nº 1455 de 17/07/2008, que dispõe sobre o Sistema de Transferência Voluntária de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria nº 282/2010/GBSES, que define alguns critérios quanto à utilização e prestação de contas do recurso financeiro destinado para Ações Contingenciais de Controle da Dengue aos municípios de Mato Grosso;

CONSIDERANDO os esforços concentrados dos Municípios, Estado e Governo Federal nas ações de controle da Epidemia da Dengue;

CONSIDERANDO a necessidade de apoio financeiro aos municípios para organizar os serviços, de atenção à saúde e reforçar as atividades de vigilância em saúde na prevenção e controle de epidemia de dengue de acordo com as diretrizes do plano de contingência estadual;

CONSIDERANDO a Recomendação constante no Relatório de Auditoria nº 003/AGESUS/SES/2012, Processo nº 795623/2011, que versa sobre o acompanhamento do Plano de Providências relativo à atividade de combate à dengue, quanto ao repasse no valor de R\$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais) aos municípios;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a PLANILHA DE PAGAMENTO DE INCENTIVO FINANCEIRO PARA AÇÕES CONTINGENCIAIS DE CONTROLE DA DENGUE nos municípios de Mato Grosso, conforme planilha abaixo, referente à parcela única, competência 2012, e autorizar a aplicação dos valores nela indicados para os efeitos financeiros a que se destinam;

Município	População IBGE 2010	Valor (R\$)
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	11.609	30.000,00
NOVA SANTA HELENA	3.468	24.000,00
PONTES E LACERDA	41.408	30.000,00

Art. 2º O recurso financeiro será dispensado em parcela única de acordo com os critérios:

1. Municípios que participaram da Sala de Situação da Dengue, para definição de estratégias de enfrentamento no período epidêmico.
2. Comprometer em realizar, através de assinatura em ata de reunião, os encaminhamentos realizados pela equipe técnica da Superintendência de Vigilância em Saúde - MT presentes na Sala de Situação da Dengue.

Art. 3º O município poderá aplicar o recurso em ações, equipamentos e insumos apontados nos encaminhamentos realizados pela Sala de Situação da Dengue – SSD/MT.

Art. 4º O município que foi e/ou for contemplado com recurso para Ações Contingenciais de Controle da Dengue deverá apresentar ao Conselho de Gestão Regional –CGR, o cumprimento das metas que foram definidas na Sala de Situação da Dengue realizada com o município, **detalhando o valor recebido e a execução do mesmo.**

Art. 5º O município deverá encaminhar a Superintendência de Vigilância em Saúde – SVS/SES/MT a cópia da Ata da reunião do CGR, em que houve a apresentação do cumprimento das metas pelo município e a **aprovação pelo CGR**, até o décimo dia útil do mês de dezembro do ano de recebimento do recurso.

Art. 6º Todos os municípios que receberem o referido recurso deverão realizar a prestação de contas através do Relatório Anual de Gestão – RAG municipal, conforme previsto na legislação vigente.

Art. 7º O município que, até o último dia útil do mês de Outubro do ano em que receber o recurso, não utilizá-lo na sua totalidade, deverá elaborar um **Plano de Aplicação**, o qual terá que ser **aprovado pelo CGR**, para execução do recurso até o final do ano subsequente;

Parágrafo Único. O Plano de Aplicação deverá conter a origem do recurso, a identificação das ações a serem executadas, as metas a serem alcançadas, o valor total recebido, o valor já utilizado e o valor restante a utilizar, detalhando no que será investido tal recurso, devendo estar

assinado por responsável da Vigilância em Saúde do município, Secretário Municipal de Saúde e Prefeito.

Art. 8º O município que se enquadrar no Art. 7º deverá apresentar ao CGR o cumprimento das metas referente ao recurso utilizado, conforme Art. 4º, juntamente com o Plano de Aplicação, sendo que **ambos deverão ser aprovados pelo CGR.**

Art. 9º Após aprovado o Plano de Aplicação do recurso não utilizado, caso o município decida pela alteração da ação, mudança do objeto a ser adquirido, deverá elaborar novo Plano de Aplicação com justificativa dos motivos da alteração, devendo ser novamente aprovado pelo CGR para posterior execução do recurso.

Art. 10º O município deverá **encaminhar a SVS/SES/MT** até o 10º dia útil de dezembro do ano em que receber o recurso, **todas as Atas das reuniões do CGR que forem realizadas para aprovação do cumprimento das metas, do Plano de Aplicação e das alterações que venham a surgir,** sendo que as Atas constando as alterações, caso ocorram, deverão ser encaminhadas no máximo em 10 dias úteis após a realização da reunião do CGR em que foi proposta a alteração e que ocorreu a aprovação da mesma;

Parágrafo único - Os municípios que se enquadrarem no **Art. 7º** deverão encaminhar anexo a Ata, cópia do Plano de Aplicação, o qual foi aprovado pelo CGR.

Art. 11º Os municípios que receberem o referido recurso nos **três últimos meses do ano,** poderão realizar a apresentação do cumprimento das metas ao CGR no ano subsequente, obedecendo os prazos estabelecidos nesta Portaria.

Art. 12º O município que realizar o **Plano de Aplicação** deverá executá-lo no prazo máximo de 12 (doze) meses da data de sua aprovação, devendo, ao final, proceder a apresentação do cumprimento das metas conforme Art. 4º, 5º e 6º, obedecendo os prazos estabelecidos para envio da Ata a SVS.

Art. 13º O município que ao término do prazo para execução do Plano de Aplicação, não apresentar o cumprimento das metas estabelecidas, deverá realizar a **devolução do recurso não utilizado** a SES-MT, seja total ou parcial, encaminhando comprovante de devolução a SVS/SES-MT.

Art. 14º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRADA-SE.

Cuiabá-MT, 17 de Outubro de 2012.

(original assinado)

VANDER FERNANDES

Secretário de Estado de Saúde